



RACISMO ANTINEGRO BIDIMENSIONAL “CIÊNCIA” E DESCONSTRUÇÃO

*Juscelino Silva*¹

Secretaria de Estado de Educação e Desportos de Roraima

*Roseane Henrique Viana*²

Universidade Estadual de Roraima

*Djedje Joaquim Garrafão*³

Diocese de Roraima

Resumo: Neste artigo, discute-se o racismo antinegro bidimensional, consciente-inconsciente, indo à sua origem “científica”. Os racialistas clássicos, Blumenbach, Le Bon, Lapouge e Gobineau, fizeram do europeu o modelo universal de homem. Essa elevação criou um instrumento ideológico poderoso de dominação porque promoveu, com base na craniologia e na genética, a suposta superioridade do homem europeu sobre os demais. Essa construção falaciosa alimentou, especialmente, no âmbito acadêmico, uma ontologia

¹ Psicólogo graduado pelo Instituto de Ciências e Tecnologia Maria Thereza (1995), com licenciatura plena pela mesma instituição. Também sou licenciado em Filosofia e Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano e bacharel em Direito pelo Centro Universitário Estácio de Sá, com registro ativo na OAB-RR. Teólogo graduado pelo Seminário Teológico Batista de Niterói, pelo Centro Universitário Claretiano e pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), onde obtive também o doutorado e o pós-doutorado em Teologia. Realizei, ainda, doutorado e pós-doutorado em Teoria do Direito pela PUC-Minas e pela UFMG, respectivamente. Sou mestre em Teologia Pastoral (Seminário Teológico do Sul do Brasil), mestre em Teologia Sistemática (FAJE) e mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: juscelinus8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8636-9439>

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima (2008). Especialista em Psicopedagogia (2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Coordenação pedagógica. Atualmente é professora da Escola Municipal Creche e Proinfância Professor Odir Lucas da Silva. E-mail: hroseane@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5939-9768>

³ Missionário religioso vicentino, graduado em Filosofia e Teologia, com atuação pastoral na Diocese de Roraima, especialmente no município de Mucajaí. Possui sólida formação intelectual e desenvolve contribuição acadêmica, científica e literária, articulando liderança espiritual, educação, religião e compromisso social. E-mail: gar.rafao2016@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8636-8979>



antropológica eurocêntrica cujos resultados estão presentes na sociedade brasileira ainda hoje. O racismo antinegro “científico” precisa ser mostrado, combatido e desconstruído porque a espécie humana é uma só.

Palavras-Chave: racialismo; racismo; ciência; ideologia; desconstrução.

TWO-DIMENSIONAL ANTI-BLACK RACISM “SCIENCE” AND DECONSTRUCTION

Abstract: In this article, the two-dimensional, conscious-unconscious anti-black racism is discussed, going back to its 'scientific' origins. Classical racialists like Blumenbach, Le Bon, Lapouge, and Gobineau made the European the universal model of man. This elevation created a powerful ideological tool of domination because it promoted, based on craniology and genetics, the supposed superiority of European man over others. This fallacious construction especially nourished in academic circles a Eurocentric anthropological ontology whose results are still present in Brazilian society today. Scientific anti-black racism needs to be shown, fought, and deconstructed because the human species is one.

Keywords: racialism; racism; science; ideology; deconstruction.

RACISMO ANTINEGRO BIDIMENSIONAL: “CIENCIA” Y DESCONSTRUCCIÓN

Resumen: En este artículo se analiza el racismo antinegro bidimensional, consciente-inconsciente, remontándose a su origen “científico”. Los racialistas clásicos, Blumenbach, Le Bon, Lapouge y Gobineau, hicieron del europeo el modelo universal del hombre. Esta elevación creó un poderoso instrumento ideológico de dominación porque promovía, con base en la craneología y la genética, la supuesta superioridad de los hombres europeos sobre los demás. Esta construcción falaz alimentó, especialmente en el ámbito académico, una ontología antropológica eurocéntrica cuyos resultados aún están presentes en la sociedad brasileña actual. Es necesario mostrar, combatir y deconstruir el racismo “científico” contra los negros porque la especie humana es una.

Palabras-clave: racialismo; racismo, ciencia; ideologia. desconstrucción

RACISME BIDIMENSIONNEL ANTI-NOIR: “SCIENCE” ET DECONSTRUCTION

Résumé: Dans cet article, le racisme anti-noir bidimensionnel, conscient-inconscient, est discuté, en remontant à son origine “scientifique”. Les racistes classiques, Blumenbach, Le Bon, Lapouge et Gobineau, ont fait de



l'Européen le modèle universel de l'homme. Cette élévation a créé un puissant instrument idéologique de domination car elle promouvait, sur la base de la craniologie et de la génétique, la supériorité supposée des hommes européens sur les autres. Cette construction fallacieuse a alimenté, notamment dans le domaine académique, une ontologie anthropologique eurocentrique dont les résultats sont encore présents dans la société brésilienne d'aujourd'hui. Le racisme « scientifique » anti-noir doit être montré, combattu et déconstruit parce que l'espèce humaine est une.

Mots-clés: racialisme; racisme; science; idéologie; déconstruction

INTRODUÇÃO

A abolição da escravidão protagonizada pela França e Inglaterra, 1794 e 1833, respectivamente, abriu espaço para que a pessoa negra fosse reconhecida em seus direitos como qualquer pessoa branca. Essa desconstrução filosófico-política da superioridade branca atingiu em cheio a ontologia antropológica europeia assentada na iconografia católica porque afirmou, sem exceção, a igualdade entre os homens. O racialismo foi uma tentativa “científica” de impedir que o povo negro tivesse acesso aos bens materiais e espirituais da sociedade europeia como uma pessoa branca tinha. Essa construção ideológica transvestida de ciência recebeu a devida resistência de filósofos iluministas, dos Quakers e dos negros europeus.

O que se anuncia neste artigo é que o racialismo, europeu foi um esforço “científico” e político para impedir o acesso do povo negro aos bens da sociedade europeia. Esses dois campos do conhecimento se aliaram para criar e impor a ideologia de superioridade do povo branco sobre o povo negro, apagando, pela alienação, as luzes da inteligência de ambos através de argumentos pseudocientíficos e, com isso, estabilizar a dominação imperialista europeia sobre os demais povos da Terra. O racialismo europeu dos séculos XVIII e XIX alegava falaciosamente que as mazelas sociais da Europa à época eram devido à presença da “raça inferior”: os negros. As doenças e a pobreza,



diziam eles, sem se envergonhar, vinham da carga genética ruim das pessoas miscigenadas.

O artigo tem duas partes. Na primeira, dialoga-se com Blumenbach, Le Bon, Lapouge e Gobineau. Esses racialistas clássicos ousaram afirmar a superioridade da raça branca europeia sobre as outras pessoas da Terra. Na segunda parte, realiza-se a desconstrução do racismo clássico apoiando-se na Declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

“CIÊNCIA” E IDEOLOGIA

O racismo europeu foi uma teorização pseudocientífica que defendeu a tese que a gênese da humanidade é poligênica. Essa ideia opõe-se àquela da origem monogênica fundamentada na teologia judaico-cristã que põe Adão e Eva como os precursores da humanidade. Essa origem diferenciada, dizem eles, dá à “raça branca” o direito de domínio sobre as demais raças.

A ideologia racista apareceu no bojo de mudanças políticas, teológicas, sociais e econômicas⁴ na Europa. O advento do Protestantismo, em

⁴ Na Filosofia, os ingleses Anthony Ashley Cooper e Francis Hutcheson erigiram a teoria da benevolência moral. Na política, o britânico Granville Sharp e William Wilberforce lutaram pela libertação jurídica dos escravos. Sharp defendeu a tese da não escravização dos negros a partir do caso de Jonathan Strong; Wilberforce dedicou a sua vida à luta ao abolicionismo. Seu último ato em vida foi a aprovação do *Slavery Abolition Act* (Ato de Abolição da Escravidão), em 1833. Na Economia, os escoceses Adam Smith e John Millar defenderam a tese de que o homem livre produzia muito mais que o escravo porque enquanto o primeiro resistia, o segundo tinha motivação para trabalhar porque era pago pelos seus serviços. Na Teologia, Os Quakers ingleses, sob a liderança de Anthony Benezet, empenharam-se na abolição da escravatura através da Sociedade para a abolição do tráfico de escravos, criada em 1787. Na França, filósofos iluministas também reagiram à escravização dos negros. Charles de Montesquieu, em 1748, posicionou-se contra a escravização no Livro XV de “O espírito das leis” assentando seus motivos na violação do Direito Natural, por ser contrária à monarquia, por ser incompatível com a fé cristã e por ser o trabalho escravo menos produtivo que o do homem livre. (MONTESQUIEU, 1748, Livro XV). Jean-Jacques Rousseau em “O contrato social”, de 1762, no livro I, capítulo IV, opõe-se à escravidão de qualquer gênero. A filósofa Olympe de Gouges lançou em 1789 a peça teatral “*L’esclavage des nègres*” (A escravidão dos negros) para sensibilizar a burguesia francesa da perversidade da escravização dos negros. Todavia, a obra de maior envergadura



1517, derrubou a ontologia antropológica cristã e o estado constitucional iniciado na Inglaterra, logo após a Revolução Gloriosa, 1688, destituiu o modelo de estado absolutista. Ora, a continuar assim, pensava a elite europeia, a hierarquização da sociedade seria desfeita, o que era inaceitável. Por isso, era necessário recorrer ao prestígio social da ciência e criar a ontologia antropológica racialista apoiada na fenotípia e na genética.

A teorização da suposta supremacia branca começou com o antropólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) que defendeu a tese, hoje totalmente desacreditada pelos geneticistas,⁵ que os seres humanos estão divididos em cinco raças. No livro *De Generis Humani Varietate Nativa* (As variedades naturais da humanidade), publicado em 1775, Blumenbach classificou as raças em caucasiana (branca), mongoloide (amarela), etiópica (negra), americana (vermelha) e malaia (marrom). Elas não têm uma origem comum, monogenia, têm origens diferentes: poligenia. Nessa variedade de “raças” não se deveria falar de uma humanidade, mas de várias. Por isso, alegavam, a branca é a superior e deve deter em suas mãos o poder. Com essa tese, Blumenbach pôs a “raça branca” sobre as demais, inaugurando a teoria racialista ou a raciologia. Essa pseudociência foi denominada por *Franz Josef Gall* (1757-1828) de *cranioscopia*. Em 1810, G. Spurzheim (1776-1832) chamou-a de frenologia. Foi o nome que prevaleceu (TORRIS, 2023).

O método usado por Blumenbach foi o comparativo. Mediu as saliências dos crânios de europeus e não europeus e já que os cérebros destes tinham

antirracista é a do filósofo francês Guillaume Thomas François Raynal (1713-1796) *“Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes”*, cuja 3ª edição foi lançada em 1780. Segundo Raynal, a obra era um monumento em defesa da humanidade, da verdade e da liberdade. O fez para contestar os fundamentos teóricos da dominação europeia nas colônias. Nessa obra, o filósofo Denis Diderot contribuiu com *“De l’esclavage des nègres”*, no Livro XI, capítulo XXIV. Nesse texto, denuncia todas as justificações da escravização: religiosas, morais, políticas e econômicas.

⁵ Cf. FURTADO, Fred. Abaixo as raças. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/abaixo-as-racas/>>. Acesso em: 29/03/2024.



protuberâncias maiores, isso implicava em maior inteligência porque a cultura europeia era, segundo ele, a cultura superior. Como professor ordinário da Universidade de Göttingen, a partir de 1778, Blumenbach influenciou gerações de estudantes com sua “teoria racista”. O que ele defendia? Sua “teoria” era que a diferença biológica entre negros e brancos, observada nos crânios das duas “raças”, apontava para a superioridade biológica da raça branca sobre as demais, em especial, a negra. Isso justificava, segundo ele, a hegemonia da “raça” branca e o seu direito de dominar o mundo.

O médico e antropólogo francês Gustave Le Bon (1841-1931), influenciado pelas obras de Charles Darwin, Hebert Spencer e Ernst Haeckel, desenvolveu a concepção racialista a partir do determinismo biológico - a inteligência é hereditária - e da frenologia. Nos dois casos, a “raça” branca foi posta no cume da hierarquia.

Em 1879, ele publicou *Recherches anatomiques et mathématiques sur les variations de volume du cerveau et sur leurs relations avec l'intelligence* (Pesquisas anatômicas e matemáticas sobre as variações de volume do cérebro e sobre suas relações com a inteligência) e, em 1894, *Lois psychologiques de l'évolution des peuples* (Leis psicológicas da evolução dos povos). No primeiro livro defendeu a superioridade da “raça” branca usando a Frenologia como fundamento e, no segundo, apoiou-se no darwinismo biológico com o mesmo propósito.

Em suma, o determinismo biológico de Le Bon sustentava que as diferenças sociais, econômicas e políticas são determinadas pelas habilidades genéticas das raças (KARAM; RAMOS, 2012). Sua conclusão foi que a “raça” branca carregava maiores potenciais genéticos positivos do que as demais e isso justificaria a criação de políticas públicas a favor dos brancos e contra as demais “raças”, especialmente, a negra.



O antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) desenvolveu a “teoria” da supremacia ariana na obra *“L’Aryen: son rôle social”*, publicada em 1899. Classificou as raças humanas numa hierarquia, no ápice, estava o *homo europeus*, nórdico ou louro, em seguida vinha o *homo alpinus* e na base estava o *homo mediterraneus*. Essa hierarquização das raças visava, segundo ele, prevenir conflitos sociais na medida em que mantinha cada classe social no seu devido plano.

Sua aversão à democracia era tal que opôs ao *slogan* liberdade, igualdade, fraternidade, este outro: determinismo, desigualdade e seleção. A diferenciação social não se imporia sob o regime democrático. Isso só ocorreria no regime totalitário. Foi esse ideário de certa elite europeia racista que o Nazismo hitleriano veio a incorporar (CHAPOUTOT, 2024). Mesmo que o racismo de Lapouge fosse direcionado primeiramente aos judeus, sua ideia eugenista exerceu papel fundamental não só sobre o pensamento de Hitler, mas, antes dele, sobre o fascista italiano Benito Mussolini (GIRARDET, 2024).

Não se pode deixar de perceber a inspiração do fascismo europeu sobre a extrema direita brasileira representada principalmente por Jair Messias Bolsonaro e sua família. E, então aparece a pergunta quase escandalosa: como os pobres, os negros e os evangélicos podem votar na extrema direita que os despreza tanto? De onde vem essa inocência política?

Em resumo, Lapouge considerava que os arianos eram a raça pura, alta, branca, inteligente, cujo mito escatológico era retornar ao ápice da pirâmide das “raças”.

Na França, o filósofo Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) publicou, em 1855, o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas). O racismo ganhou sua versão iminentemente política porque a tese dele era que a decadência das civilizações não ocorre pela vontade de Deus, nem pelo relaxamento dos



costumes, nem pela ação climática, mas pela mistura de sangue que reduziu os melhores à categoria dos piores (TAGUIEFF, 2002).

Para Gobineau, a miscigenação é o mal que destrói qualquer civilização porque, disse ele, onde predominasse indivíduos oriundos do cruzamento entre brancos, negros, amarelos e pardos não haveria qualquer possibilidade de avanço civilizatório (SOUSA, 2013). A miscigenação, acreditava Gobineau, gerava pessoas fracas genética, moral e intelectualmente. Quando esteve no Brasil, representando o Estado Francês como diplomata, nos anos de 1869 a 1870, em resposta a uma demanda política de D. Pedro II, disse que:

Mas, se em vez de reproduzir entre si, a população brasileira estivesse em condições de subdividir mais ainda os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças de maior valor com as raças européias, o movimento de destruição observado em suas fileiras se encerraria dando lugar a uma ação contrária. A raça se reestabeleceria, a saúde pública melhoraria, a índole moral se retemperaria e as mais felizes mudanças se introduziriam na situação social deste adorável país (READERS, 1988, p. 240).

Esse conselho de Gobineau influenciou a política migratória brasileira no final do século XIX e início do século XX (REIS; ANDRADE, 2024). Gobineau acreditava equivocadamente que a miscigenação era a causa da decadência das civilizações e para sanar esse “mal” era preciso implementar políticas públicas de embranquecimento da população brasileira para que se aproximasse do padrão ariano de ser humano (GOBINEAU, 2024).

A concepção de Blumenbach, Le Bon, Lapouge e Gobineau de que o homem europeu é superior aos demais homens da Terra é o *que classificamos de ontologia antropológica* racista. Assim como ocorreu com a ideologia cristã que, usando argumentos teológicos, pôs o europeu no ápice da pirâmide social para se impor sobre demais pessoas, o racismo foi o modo que os adversários da liberdade, igualdade e fraternidade encontraram para se contrapor ao novo *status* que o povo negro alcançou na democracia. O

racialismo passou a ser usado como instrumento de dominação cultural e política. A pirâmide abaixo elucida um pouco mais:

Figura 1: Ontologia antropológica racialista



Fonte: Criação nossa

O homem ariano, no topo da pirâmide, é, segundo os racialistas Lapouge e Gobineau, o ser humano em sua essência mais perfeita: o *antropos* dos *antropos*. Essa falácia científica é hoje rechaçada nas universidades do mundo inteiro porque sabe-se que por trás dela esconde-se uma ideologia política fascista, totalitária, selecionista e mortal.

A ontologia antropológica cristã e a ontologia antropológica racialista são duas ideologias que justificaram inadequadamente a escravização da pessoa negra. A primeira, recorrendo à europeização dos fundadores da Igreja, projetando sobre eles suas fisionomias, apagando seus traços físicos originais, para impressionar os devotos fixando-os às suas imagens e semelhanças transmutadas em divinas. A segunda, teorizando sobre o tamanho do cérebro e/ou aos traços hereditários para afirmar equivocadamente a superioridade física, mental e espiritual de pessoas brancas sobre as pessoas não brancas e deletar as suas contribuições culturais à cultura europeia.



Nesse sentido, essas concepções de homem, teológica e racista, contribuíram para que se erigisse o racismo antinegro estrutural bidimensional: consciente e inconsciente. Esse reducionismo antropológico que privilegiou a “raça” europeia sobre os demais povos da Terra, recebeu a devida confrontação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Entre 1950 e 1978 foram realizadas cinco conferências para desconstruir essa ideologia. Dessas, selecionamos a de Moscou porque discutiu os aspectos biológicos da questão racial e reexaminou as declarações de 1950 e 1951 ocorridas em Paris.

DESCONSTRUÇÃO

Após a II Guerra Mundial, o projeto eugenista do Nazismo escancarou a perversidade do racismo. O projeto político de Hitler era fundar um império de raça pura: a ariana. Sua obsessão levou-o a exterminar cerca de seis milhões de judeus e a ciganos e a negros. Uma ideologia política autoritária e decididamente contrária à liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa de 1789.

Em 1965, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após as conferências de 1950 e 1951, para prevenir a humanidade contra projetos políticos autocráticos, lançou em oito línguas (francês, inglês, espanhol, russo, alemão, árabe, japonês e italiano) a versão impressa de “*Le Courier*” intitulada “*Les races et le racisme*” (As raças e o racismo)⁶. Nesse número sintetizaram-se os resultados da Conferência realizada em 18 de outubro de 1964, em Moscou, em continuidade às conferências de 1950 e 1951, 22 cientistas renomados, presididos pelo biólogo

⁶ Sobre O Correio da UNESCO, conferir: <<https://pt.scribd.com/document/191179307/Les-Races-et-le-Racisme-Le-Courrier-de-l-Unesco-Avril-1965>>.



e professor do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências de Moscou, Georghi Debetz, deliberaram por unanimidade pela publicação de treze proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial contra as teses dos racialistas clássicos (Blumenbach, Le Bon, Lapouge e Gobineau). Elas são, em primeiro lugar, a desconstrução do racismo europeu setecentista e oitocentista e, em segundo lugar, um chamado à conscientização da unidade da espécie humana.

Os geneticistas concordaram que “Todos os homens de hoje pertencem a uma mesma espécie, dita *homo sapiens* e procedem da mesma linhagem⁷. Isso mostra a fragilidade e a tendenciosidade das pesquisas frenológicas de Blumenbach e Le Bon porque não importa qual seja o homem, ele procede de uma ancestralidade comum⁸. Nesse sentido, não somos muitos humanos, mas apenas um só. Mas, por que das diferenças fisiológicas, então?

A essa questão, os especialistas responderam, dizendo: “Diferenças de constituição hereditária e a ação do meio sobre o potencial genético

⁷ Informa-se que todas as traduções da Declaração sobre os aspectos biológicos da questão racial que se seguem são de nossa responsabilidade. O texto original está disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000078423_fre>. Acesso em: 07/10/2023. p. 8-11.

⁸ Conferir também a *Déclaration sur la race, Paris, juillet 1950*, in: *Le racisme devant la Science*, p. 361 a 366, redigida por: Pr Ernest Beaglehole (Nouvelle-Zélande); Pr Juan Comas (Mexique); Pr L. A. CostaPinto (Brésil); Pr E. Franklin Frazier (Etats-Unis); Pr Morris Ginsberg (Royaume-Uni); Pr Humayun Kabir (Inde); Pr Claude Lévi-Strauss (France); Pr M. F. Ashley Montagu (etats-Unis), rapporteur. Texte révisé par le professeur Ashley Montagu, d'après des suggestions émanant des personnalités suivantes: MM. Hadiey Cantrii, E. G. Conklin, Gunnar Dahlberg, Theodosius Dobzhansky, L. C. Dunn, Donald Hager, Julian Huxley, Otto Klineberg, Wilbert Moore, H. J. Mulier, Gunnar Myrdal, Joseph Needham, Curt Stern. Na primeira proposição está consignado que: 1 – Os cientistas estão de acordo, de um modo geral, em reconhecer que a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie, *Homo sapiens*. Além disso, admite-se comumente que todos os homens se originaram, segundo todas as probabilidades, do mesmo tronco: as diferenças existentes entre os diversos grupos humanos são devidas ao jogo de fatores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação respectiva das partículas que determinam a hereditariedade (gens), a mudança da estrutura dessas mesmas partículas, a hibridação e a seleção natural. Foi assim que se constituíram grupos mais ou menos estáveis e mais ou menos diferenciados, que têm sido classificados de diversas maneiras, com intenções diferentes.” Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/I5D00056.pdf> Acesso em: 07/10/2023.



determinam as diferenças biológicas entre os seres humanos.” Logo, a classificação das raças de Blumenbach, Le Bon e Lapouge são inadequadas e obsoletas. As diferenças fenotípicas dos povos ocorreram num passado longínquo na qual as diferenças climáticas interagiram com a carga genética para uma melhor adaptação ao meio ambiente. Essa especialização do corpo humano acabou por gerar grupos humanos diferenciados que, agora, desconhecem essa história e, por isso, podem se achar superiores aos demais.⁹

Opondo-se à tese da supremacia branca, a Comissão da UNESCO, disse que “cada população humana apresenta uma larga diversidade genética. Não existe homem de raça pura, no sentido de população geneticamente homogênea” (UNESCO, 1965, p. 8). Logo, a tese de Lapouge do papel social dos arianos não foi ciência, mas apenas a expressão caduca de quem não aprendeu nada do mito grego de Narciso. Trata-se de uma patologia etnocêntrica que se coloca em um lugar de superioridade. Isso não significa, entretanto, que a Comissão negue as diferenças fisiológicas entre os povos.

⁹ Déclaration sur la race et les différences raciales, Paris, juin 1951 Os cientistas geralmente reconhecem que todos os humanos modernos pertencem à mesma espécie, chamada *Homo sapiens*, e que provêm da mesma linhagem. Proposição 1. Pr R. A. M. Bergman, de l’Institut royal tropical. de la Société néerlandaise d’anthropologie d’Amsterdam. Pr Gunnar Dahlberg, directeur de l’Institut d’État de génétique humaine et de biologie des races, de l’université d’Uppsala. Pr L. C. Dunn, du Département de zoologie de Columbia University, New York. Pr J. B. S. Haldane, chef du Département de biométrie, University College, Londres. Pr M. F. Ashley Montagu, chef du Département d’anthropologie, Rutgers University, New Brunswick, N. J. Dr A. E. Mourant, directeur du Blood Group Reference Laboratory, Lister Institute, Londres. Pr Hans Nachtsheim, directeur de l’Institut de génétique, Freie Universität, Berlin. Dr Eugène Schreider, directeur adjoint du laboratoire d’anthropologie physique de l’École des hautes études de Paris. P’ Harry L. Shapiro, chef du département d’anthropologie de L’American Museum of Natural History, New York. Dr J. C. Trevor, professeur à la Faculté d’archéologie et d’anthropologie de l’université de Cambridge. D’ Henri V. Vallois, professeur au Muséum d’histoire naturelle, directeur du Musée de l’homme, Paris. P’ S. Zuckerman, chef du Département d’anatomie de l’École de médecine de l’université de Birmingham. Le professeur Th. Dobzhansky, du Département de zoologie de Columbia University, et le Dr Julian Huxley ont participé à la rédaction définitive. (UNESCO, 1950, p. 10)



Quanto às diferenças entre as etnias, os geneticistas disseram que “sob o aspecto geral, há diferenças físicas manifestas entre as populações vivas em diversas partes do globo. Muitas dessas diferenças têm um componente genético” (UNESCO, 1965, p. 8). Porém, continuam eles, “[...] consistem, geralmente, em diferenças de frequência dessas características hereditárias” (UNESCO, 1965, p. 8). Isso significa que as diferenças são circunstanciais; não são estruturais. Isso, já em 1964, reduzia a importância científica da classificação da humanidade em raças.

Na quinta proposição sobre raça e racismo, os cientistas da UNESCO disseram que “[...] estas classificações, quaisquer que sejam, não podem pretender dividir a humanidade em categorias rigorosamente definidas e, devido à complexidade da história humana, o lugar de certos grupos numa classificação racial é difícil de estabelecer [...]”(UNESCO, 1965, p. 9). Além disso, a dita classificação da humanidade em raças “[...] apresenta o perigo de incitar à generalizações abusivas” (UNESCO, 1965, p. 9), como ocorreu no Nazismo.

Portanto, a raciologia ancora-se na manifestação visível do corpo humano que é aleatória sem levar em conta as características biológicas qualitativas universais e fundamentais para a sobrevivência do homem em qualquer lugar. Essa tese foi reafirmada na declaração da UNESCO de 1976:

Os especialistas reunidos em Paris, em setembro de 1967, que as doutrinas racistas são destituídas de qualquer base científica. Eles reafirmaram as proposições adotadas na reunião internacional ocorrida em Moscou em 1964 para reexaminar os aspectos biológicos das declarações sobre a raça e as diferenças raciais ocorridas entre 1950 e 1951(UNESCO, 1973)¹⁰.

¹⁰ Segue a lista nominal dos especialistas que subscreveram a Declaração de 1967: Muddathir Abdel Rahim, Université de Khartoum, Sudan. Georges Balandier, Université de Paris. Celio de Oliveira Borja, Université de Guanabara, Brésil. Lloyd Braithwaite, University of the West Indies, Jamaïque. Leonard Broom, Université du Texas, États-Unis d'Amérique. G. F. Debetz, Institut d'ethnographie, Moscou. J. Djordjevic, Université de Belgrade. Clarence Clyde Ferguson, Howard University, États-Unis d'Amérique. Dharam P. Ghai, University College, Kenya. Louis Guttman, Université hébraïque, Israël. Jean Hiernaux, Université libre de Bruxelles. Mue A. Kloskowska, Université de Lodz. Kéba M'Baye, premier président de la Cour suprême, Sénégal. John Rex,



A composição genética de cada população não é estável porque “tanto no homem quanto no animal, a composição genética de cada população está sujeita à ação modificadora de diversos fatores” (UNESCO, 1965, p. 9). Esse fragmento da sexta proposição da declaração da Conferência da UNESCO de 1964 ajuda a entender que “algumas características físicas têm um valor universal e fundamental para a sobrevivência do homem em qualquer lugar que seja. As diferenças sobre as quais se fundam as classificações raciais não dizem respeito a tais características” (UNESCO, 1965, p. 9). Devido a isso, dizem os especialistas, “[...] não se pode biologicamente falar de uma superioridade ou de uma inferioridade geral de tal ou qual raça” (UNESCO, 1965, p. 9). Todavia, o que a Comissão disse contra a aversão de Gobineau à mestiçagem?

Na proposição sétima, os geneticistas afirmam que devido à especialidade da espécie humana e às migrações, a união entre membros de grupos diferentes que apagam as diferenças adquiridas desempenhou um papel muito importante na história da espécie humana. E concluem: “O passado de qualquer população, de qualquer raça humana inclui múltiplos cruzamentos, que tendem a se intensificar” (UNESCO, 1965, p. 9). . Por isso, os obstáculos aos cruzamentos entre humanos distintos são, dizem eles, “[...] de natureza social, cultural e geográfica” (UNESCO, 1965, p. 9). Qual é a consequência dos cruzamentos entre grupos humanos no futuro da humanidade? Levaria à decadência civilizatória como dizia Gobineau?

A Comissão de especialistas da UNESCO, na oitava proposição, respondeu a essas perguntas, dizendo que “em qualquer época, as características hereditárias das populações humanas representam um

Université de Durham, Royaume-Uni. Mariano R. Solveira, Université de La Havane. Hisashi Suzuki, Université de Tokyo. M^{re} Roda Thapar, Université de Delhi. C. H. Waddington, Université d'Mimbourg, Royaume-Uni. Le racisme devant la Science p. 379. Disponível: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000005546>>. Acesso em 08/10/2023.



equilíbrio instável [...] Enquanto entidade definida por um conjunto de traços distintivos próprios, as raças humanas estão em processo de formação e de dissolução” (UNESCO, 1965, p. 10). Isso significa que desejar que a espécie humana tenha certas características particulares é uma possibilidade irrealizável¹¹. Essa proposição se opõe tanto a Lapouge quanto a Gobineau porque, dizem os especialistas, “as raças humanas são geralmente caracterizadas de maneira bem menos clara que muitas raças de animais e não podem ser equiparadas às raças de animais domésticos, que resultam de uma seleção orientada para fins particulares” (UNESCO, 1965, p. 10). Todavia, somente na proposição seguinte é que a tese de Gobineau foi totalmente desconstruída.

A Comissão da UNESCO disse claramente na proposição nona que “nunca foi estabelecido que a mestiçagem apresenta um inconveniente biológico para a humanidade em geral” (UNESCO, 1965, p. 10). Na verdade, disse ela, “pelo contrário, ela contribui amplamente à preservação dos laços biológicos entre os grupos humanos e, portanto, na unidade da espécie humana na sua diversidade” (UNESCO, 1965, p. 10). Além disso, os geneticistas afirmaram que “não existe, portanto, nenhuma justificação

¹¹ Nessa mesma linha esteve o geneticista L. C. Dunn da Universidade de Columbia. Ele disse que: “*La race est caractérisée par la fréquence de caractères héréditaires qui n'apparaissent pas uniformément chez tous ses membres. Sa stabilité dépend de la permanence des gènes responsables des caractères héréditaires*”, DUNN, L. C. *Race et Biologie*, p. 15 e 16. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135458>>. Acesso em: 29/03/2024.



biológica que impeça os casamentos inter-raciais, nem que os desaconselhe”¹². Como ser racional, o homem transcende as determinações genéticas.

Isso demonstra a liberdade humana em face do determinismo biológico que condiciona as outras espécies. A Comissão da UNESCO realçou essa particularidade humana na décima proposição. Disse ela: “O homem, desde sua origem, dispõe de meios culturais mais eficazes de adaptação não genética” (UNESCO, 1965, p. 10). Outro fator a favor da miscigenação é a redução da deriva genética, conforme expresso na próxima proposição.

A deriva genética é uma modificação aleatória das frequências alélicas ao longo do tempo sobre a qual não se tem controle e pode resultar em uma mudança positiva ou negativa. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023). A miscigenação age sobre a deriva genética reduzindo a sua ocorrência. Os especialistas da UNESCO disseram que “Os fatores culturais que rompem os enclausuramentos sociais e geográficos alargam os círculos de matrimônio e atuam por consequência sobre a estrutura genética das populações, diminuindo as flutuações aleatórias (deriva genética)” (UNESCO, 1965, p. 10). Além disso, os fatores biológicos não são suficientes para definir uma raça. A língua, a economia e a cultura realizam isso muito melhor.

¹² 3 – Uma raça, biologicamente falando, pode, pois, definir-se como um grupo entre os que constituem a espécie *Homo sapiens*. Esses grupos são suscetíveis de cruzamentos. Porém, devido às barreiras que os mantiveram mais ou menos isolados no passado, apresentam eles certas diferenças físicas, fruto de particularidades de sua história biológica, que representam variações sobre o mesmo tema. 4 – Em resumo, a palavra “raça” designa um grupo ou uma população caracterizada por certas concentrações, relativas quanto à frequência e à distribuição, de genes ou de caracteres físicos que, no decorrer dos tempos, aparecem, variam e muitas vezes até desaparecem sob a influência de fatores de isolamento geográficos ou culturais. Cada grupo reflete de modo diferente as manifestações variáveis desses caracteres em populações diferentes. Sendo as nossas observações largamente afetadas pelos nossos preconceitos, somos levados a interpretar arbitrariamente e inexatamente toda variabilidade que se produz num grupo dado como uma diferença fundamental que o separa dos outros de modo decisivo. (UNESCO, 1950, p. 5).



Na proposição décima segunda, se diz que “[..] os seres humanos que partilham a mesma língua e partilham da mesma cultura tendem a se casar entre eles, isso pode fazer aparecer certo grau de coincidência entre traços físicos de uma parte e, de outra parte, contornos linguísticos e culturais” (UNESCO, 1965, p. 10). Mas, a Comissão é uníssona em negar qualquer relação causal entre esses acontecimentos. O motivo para isso é que “[..] se desconhecem relações causais entre ambos e nada autoriza atribuir às particularidades culturais as características do patrimônio genético” (UNESCO, 1965, p. 10).

Na última proposição, a décima terceira, a Comissão concluiu o texto de repúdio ao racismo e ao racismo reafirmando que “os povos da Terra parecem dispor hoje de potencialidades biológicas iguais para aceder a qualquer nível de civilização” (UNESCO, 1965, p. 11). Qual dos racialistas estudados disse que não era possível? Deve-se ter em conta então que “as diferenças entre as realizações dos diversos povos parecem poder se explicar inteiramente por sua história cultural” (UNESCO, 1965, p. 11). Além disso, prossegue-se “algumas particularidades psicológicas são por vezes atribuídas a esse ou aquele povo. Que tais asserções sejam ou não fundamentadas, essas particularidades não podem, até que se prove o contrário, ser atribuídas à hereditariedade” (UNESCO, 1965, p. 11). Portanto, “o domínio das potencialidades hereditárias no que diz respeito à inteligência global e às capacidades de desenvolvimento cultural, tal como o das características físicas, não nos permite justificar o conceito de raças ‘superiores’ e ‘inferiores’” (UNESCO, 1965, p. 11).

Os especialistas da UNESCO desconstruíram a ontologia antropológica racista que punha o homem europeu no ápice da pirâmide da humanidade. Ao reafirmar a igualdade entre os homens do ponto de vista genético, eles



ajudam na consumação da tese dessa dissertação porque o nosso esforço é a desconstrução filosófica da ontologia antropológica da superioridade de uma “raça” sobre a outra. A reafirmação científica que a humanidade se traduz numa só espécie dá à Filosofia fundamentos para afirmar a ontologia antropológica da igualdade, logo, antirracista. A equação do elemento gráfico abaixo ajuda a mostrar a ontologia antropológica que se defende nesta dissertação porque desfaz o modelo piramidal de humanidade e permite-nos propor o modelo simétrico monogênico de humanidade, como segue:

Figura 2: Modelo simétrico monogênico da humanidade



Fonte: Criação nossa.

Não importa quanto somos e como somos. No final da equação da vida humana, somos uma humanidade. As diferenças pessoais e culturais decorrem de variações aleatórias às quais não se pode alegar, sob pena de deixar falar o preconceito, a suposta superioridade de determinada “raça” sobre a outra.

De onde vem a individualidade, a consciência de quem sou quem sou? Procede da *totalidade*. Sabe-se que uma mesa é uma mesa a partir desse horizonte porque permite interpretá-la como tal. Fora da totalidade de sentido, ela seria só uma coisa porque estaria além dessa luz que ilumina o caminho. A totalidade dusseliana é triádica: instrumental, real, ser. A *totalidade instrumental*



é o mundo particular de cada pessoa. Trata-se da cultura internalizada que dá as condições de possibilidade de interpretação da vida, mas também é o limite porque a nossa cultura é o limite do nosso mundo. Além da fronteira está o estranho, o não-ser, coisificado, sem sentido. Não importa que seja algo ou alguém. Preso a essa noção, a pessoa imagina que fora de seu mundo tudo é inferior. Foi assim que o negro foi rebaixado a ente e experimentou o preconceito extremo.

Esse hedonismo atroz é a raiz de todos os males, não é o dinheiro. Essa clausura hermenêutica pode ser sacudida pela *totalidade real*, isto é, o conjunto do que existe fora do mundo egóico: o cosmo. Essa realidade além não pode ser acessada, mas pode ser percebida a cada novidade que invade o mundo particular da pessoa. Se a invasão for de uma coisa, por exemplo, um produto novo que pode ser usado na cozinha, ela poderá ser admitida ou rejeitada. Todavia, se for uma pessoa, por exemplo, o negro, o indígena, a feminista, o estrangeiro, a pessoa com deficiência, etc. o (a) preconceituoso (a) poderá até tratá-la como ente, mas como ela tem o próprio mundo, isso lhe permite rejeitar e se impor contra o racista, o sexista, o xenófobo, o capacitista. Nenhuma pessoa da Terra pode ser reduzida a ente impunemente porque ser reconhecido na sua humanidade é a condição fundamental à vida boa em qualquer período da história linear da humanidade. Quem diz não à igualdade e à equidade diz não à justiça e dá ao mundo a sua parcela de maldade. Quem diz sim à igualdade e à equidade diz sim à justiça e dá ao mundo a sua quota de bondade. A totalidade move-se para mais ou para menos de acordo com a razão dialética.

Se alguém perguntar por que o “habitante” da exterioridade, a dimensão fora do mundo vigente, quer ir à totalidade já que, provavelmente, será



desumanizado, dir-se-á que ele já habita no sistema só que como ente. Quando se erige a dimensão da exterioridade está se elaborando uma construção filosófica capaz de denunciar a injustiça e tornar uma invisibilidade humana perceptível à sociedade. Na verdade, o invisível já está no sistema, porém, nessa condição não tem valor de pessoa porque serve aos interesses majoritários da elite. Essa ideologia perpetua-se e, com isso, naturaliza-se porque a pessoa projeta o seu querer-ser na luz da ontologia codificadora do mundo. Se alguém nasce em Nova Iorque provavelmente será banqueiro, se na fazenda será fazendeiro. O projeto futuro está ligado diretamente ao poder-ser, por isso, ele é o mesmo em potência. Dessa forma a sociedade quase sempre se alimenta de si mesma. Esse mecanismo auto reprodutivo explicita a força, a extensão, a gravidade e a duração dos preconceitos nas sociedades modernas.

A resistência a tudo isso pode ser um grito de desespero, uma lágrima silenciosa, uma ira contida, uma revolução programada, um corpo sem vida, uma vingança planejada. *Totalidade como ser* significa que o ente se reconhece ou é reconhecido somente na totalidade de sentido porque ela confere diferenciação a cada ente. O ser da coisa afirma o que ela é, confere-lhe o valor que tem no seu contexto existencial. Se transferirmos essa noção para alguém de quem foi retirada a pessoalidade, podemos imaginar a crueldade do processo. Imaginemos por um momento sendo destituídos de tudo o que se tem. Como seria experimentar esse vazio de cultura, de posição social, de dinheiro, de celular, de família, de esposa, de esposo, de filhos, de filhas, de lugar, etc. Avancemos um pouco nesse experimento: imaginemos, agora que perdemos tudo, disséssemos: estamos no fundo do poço. Não temos mais nada a perder. Eis que haveria algo mais Imaginemo-nos sem horário para levantar, para comer, para dormir, para se banhar A nossa liberdade foi



sequestrada, não somos mais uma pessoa, somos entes úteis usados no projeto de alguém.

A redução humana a uma coisa útil é intolerável porque os entes são meios para um fim, enquanto que o ser humano é fim em si mesmo. Os entes são nominados, as pessoas são nomeadoras. Quando o ser humano usou os signos para criar um mundo com sentido e deu nome a cada coisa, isso foi uma conquista civilizacional extraordinária. Não dá para imaginar o caos de se viver em um lugar onde as coisas não têm nome. Entretanto, o encantamento da palavra já não nos deve impressionar mais. As suas entranhas precisam estar dispostas para serem minuciosamente analisadas. Deve-se começar pela superação da cotidianidade acrítica.

A consciência ingênua vive na ilusão da verdade. Ela não percebe que está condicionada pelos mitos que plasmam a consciência social. Vive na ingenuidade acrítica porque não vê o condicionamento que molda a sua leitura do mundo. Trata-se de um tipo de viseira semelhante à que os cavalos usam para olhar somente na direção que o cavaleiro deseja. Trota naquela raia como se fosse a única, pisa aquela terra como se fosse a última, apega-se à “verdade” com amor tão devotado que ninguém há de lhe desafiar impunemente (DUSSEL, 2013, p. 52).

Essa inocência mítica não é única, há também a ingenuidade ideológica praticada por quem deixou o pensamento mítico, mas pôs no seu lugar uma ideologia qualquer à qual se apega como se fosse a verdade suprema pela qual se mata e morre. Isso nos leva às noções dusselianas de sentido, valor e liberdade. O sentido e o valor de qualquer ente são obtidos pondo-o no horizonte da totalidade. O sentido se obtém do vínculo do objeto com a totalidade; o valor decorre da totalidade prático-poiética.



Portanto, assim como o valor é relativo às variações do mercado, o sentido também o é porque reflete a totalidade: “[...] *és mi mundo el que funda y da sentido a todo lo que me rodea*” (DUSSEL, 2013, p. 56). Todavia, nem a ingenuidade mítica nem a ingenuidade ideológica determinam definitivamente a liberdade humana. As escolhas feitas não são definitivas porque, embora as ações sejam situadas no tempo e no espaço, a liberdade de escolha é sempre possível porque nenhuma mediação realiza o projeto humano. O ser humano não é completamente condicionado. Há sempre um “e se (...)” para além do que está dado: “*El ser humano es libre y al mismo tiempo históricamente determinado [...]*” (DUSSEL, 2013, p. 59). Ele inscreve-se na ordem do sentido com uma codificação prévia que transcende a cor da pele, a forma do corpo, o gênero e qualquer outro tipo de variação porque é quem cria o código. Ele é o sentido do sentido. Logo, nenhuma imposição cultural reducionista, segregadora pode se arvorar de absoluta (*totalidade ontológica*). Todas as ideologias do mundo estão sob esse absoluto primordial.

CONCLUSÃO

A premissa principal do artigo foi que as alegações de Blumenbach, Le Bon, Lapouge e Gobineau da superioridade dos brancos europeus sobre os demais povos são falsas e a sua admissão hoje é absolutamente repugnante. Na segunda premissa, refutou-se as afirmações “científicas” deles recorrendo à Comissão de geneticistas da UNESCO na Declaração de 1964. Nela, 22 geneticistas, representantes dos países signatários da Organização das Nações Unidas, opuseram-se frontalmente ao racismo científico europeu. Os cientistas demonstraram que as alegações de cientificidade dos racialistas



clássicos não tinham consistência científica. Eram muito mais um arrazoadado de afirmações com intenções políticas escondidas sob o manto da ciência. Nas treze proposições da Declaração, demonstrou-se que a poligenia é uma falácia e que colocar a “raça branca” ariana com a escolhida para dominar o Planeta é um projeto de poder absolutamente indefensável. Ao contrário dos racialistas clássicos, a Comissão da UNESCO assumiu a eugenia como o lugar de encontro da unidade da espécie humana. Por fim, entendeu-se que o ser humano não pode ser usado como coisa porque todo ser humano sofre da dor e do dom de ser um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

BLUMENBACH, Johann Friedrich. *De Generis Humani Varietate Nativa*. Gottingen: Forgotten Books, 1795. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/81492#page/8/mode/1up>>. Acesso em: 29/03/2024.

CHAPOUTOT, Johann. NAZISME, in: *Encyclopaedia Universalis*. <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/nazisme/>> acesso em: 03/05/2024.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la Liberación*. Buenos Aires: Docencia, 2013.

GIRARDET, Raoul. Fascisme In: *Encyclopaedia Universalis*. Disponível em: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/fascisme/>>. Acesso em: 03/05/2024.

GOBINEAU, Joseph Arthur. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Pierre Belfond, 1967. Disponível em: <https://nacaomestica.org/blog4/wp-content/uploads/2017/02/essai_inegalite_races_1.pdf>. Acesso em: 27/03/2024.

LAPOUGE, Georges Vacher de. *L'Aryen: Son role social*. Paris: A. Fontemoing, 1899. Disponível em: <<https://archive.org/details/LaryenSonRoleSocial/page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 28/03/2024.



LE BON, Gustave. Recherches anatomiques et mathématiques sur les lois des Variations du volume du cervaueu et sur leurs relations avec l'intelligence. Paris, Revue d'anthropologie, huitième année 2e série, t. 2, 1879. Disponível em: <<http://acdc2007.free.fr/lebon1879.pdf>>. Acesso em: 28/03/2024.

UNESCO. Les races et le racisme. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/191179307/Les-Races-et-le-Racisme-Le-Courrier-de-l-Unesco-Avril-1965>>. Acesso em: 28/03/2024.

UNESCO. La question raciale. Paris: UNESCO, 1950. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128290>. Acesso em: 2 jul. 2026

RAMOS, Marta Leite; KARAM, Cinara Cavalheiro. *A Biologia como ideologia. Contra-argumentos para a desigualdade social*. VITTALLE, Rio Grande, 24(2): 31-41, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/vevas/Downloads/5129-Texto%20do%20artigo-14745-1-10-20150706.pdf>>. Acesso em: 03/09/2023

READERS, G. O inimigo cordial: o conde Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NOS DISCURSOS DA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf>. Acesso em: 28/03/2024.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

TAGUIEFF, Pierre-André. *La couleur et le sang: Doctrines racistes à la française*. Paris: 1001 NUITS, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Biociências. *Deriva genética. Evolução 101*. São Paulo: USP. Disponível em: <<https://evosite.ib.usp.br/evo101/IIIDGeneticdrift.shtml>>. Acesso em: 13/05/2024.

Recebido em: 01/06/2024

Aprovado em: 01/04/2026